



**10.1. DETERMINAR À PREFEITURA DE MANAUS A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO ÀS SEGUINTESS RESSALVAS PARA O EXERCÍCIO VINDOURO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIM DE EVITAR A REPROVAÇÃO DE CONTAS FUTURAS:**

- 10.1.1** ELABORE UM PLANO DE AÇÃO DETALHADO PARA IMPLEMENTAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO ZERADOS, COM METAS CLARAS, PRAZOS E ALOCAÇÃO DE RECURSOS EM ESPECIAL QUANTO A QUESTÃO AMBIENTAL;
- 10.1.2** PRIORIZE ÁREAS CRÍTICAS DE REVERBERAÇÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AQUELAS QUE ATENDAM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS, COMO IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIANÇAS E MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA;
- 10.1.3** PROMOVA O FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO POR MEIO DE INVESTIMENTOS EM AUDITORIA E TRANSPARÊNCIA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DA GESTÃO PÚBLICA;
- 10.1.4** PROMOVA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OU PROVAS E TÍTULOS PARA A FORMAÇÃO DE QUADROS DE PESSOAL PERMANENTE ADMINISTRATIVO E TÉCNICO, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA MUNICIPAL, EM ESPECIAL, NAQUELAS SECRETARIAS EM QUE O NÚMERO DE NÃO ESTATUTÁRIOS É MUITO SUPERIOR AO NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS;
- 10.1.5** PROMOVA, DE FORMA EFICIENTE, SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO, SAÚDE DO TRABALHADOR E SAÚDE BUCAL;
- 10.1.6** IMPLEMENTE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES DE COLABORAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DAS AGRESSÕES AO MEIO AMBIENTE QUE TENHAM REPERCUSSÃO SOBRE A SAÚDE HUMANA, SENDO VERIFICADO ANO APÓS ANO A INTENSIFICAÇÃO DA POLUIÇÃO CAUSADA POR QUEIMADAS QUE ELEVAM E POTENCIALIZAM AS SÍNDROMES GRIPAIS;
- 10.1.7** CUMpra COM RIGOR AS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- 10.1.8** ATUE ATIVAMENTE NA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS DOS DESASTRES AMBIENTAIS, EM CONSONÂNCIA COM AS AÇÕES PREVISTAS NO ART. 8º DA LEI Nº 12.608/2012, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PNPDEC;
- 10.1.9** CUMpra COM RIGOR AS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE, DE MODO A PROMOVER ALERTAS SONOROS E PISO TÁTIL NAS ESTAÇÕES, BEM COMO DISPONIBILIZAR CONEXÃO ADEQUADA ENTRE A ESTAÇÃO E O ÔNIBUS, PERMITINDO O DEVIDO ACESSO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
- 10.1.10** CUMpra COM RIGOR O DISPOSTO NO PLANO DE MOBILIDADE URBANA (LEI ORDINÁRIA 2.075/2015), DE MODO A ADEQUAR AS CALÇADAS PARA VIABILIZAR A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ART. 3º, III);
- 10.1.11** PROMOVA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM BOM PLANEJAMENTO NAS AÇÕES DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA, DEVENDO SER REGISTRADO AINDA QUE A PRESENTE RESSALVA PODE IMPLICAR A REPROVAÇÃO DAS





CONTAS NOS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS, DADA A NÃO SATISFATORIEDADE DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA EM FACE DO DESCUMPRIMENTO REITERADO DESTA RESSALVA IMPOSTA PELA CORTE DE CONTAS;

- 10.1.12** ADOTE PROVIDÊNCIAS QUANTO A PROMOÇÃO DA EFETIVA EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EXPOSTAS EM AÇÕES VOLTADAS À ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: A) SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSO; B) AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - AEPETI; C) AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E JOGOS DAS PCDS; D) APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À REDE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS; E) FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS SOBRE O ENVELHECIMENTO; F) IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM CALÇADAS; G) SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA; E H) SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, IDOSA E FAMÍLIAS;
- 10.1.13** ATENTE AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 14, §1º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, PREVENDO ADEQUADAMENTE AS RENÚNCIAS NA LOA;
- 10.1.14** ADOTE PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE EVITAR FALHAS NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ISENÇÕES, A FIM DE COMPROVAR A EFETIVIDADE DO PROGRAMA BOLSA UNIVERSIDADE;
- 10.1.15** REALIZE A ESTIMATIVA DAS RECEITAS DE CRÉDITO COM LASTRO REAL;
- 10.1.16** ADOTE MEDIDAS IMEDIATAS VISANDO A REDUÇÃO DE RESTOS A PAGAR;
- 10.1.17** ATENTE AO CUMPRIMENTO DA PRIORIDADE CONSTITUCIONAL;
- 10.1.18** APRESENTE OBRIGATORIAMENTE A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA PARA CLASSIFICAÇÃO COMO DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA);
- 10.1.19** ABSTENHA-SE DE REALIZAR PAGAMENTOS SEM DESPESA CONTRATUAL, UMA VEZ QUE CONFIGURA USO INADEQUADO DOS RECURSOS PÚBLICOS, COMPROMETENDO A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS ESSENCIAIS PARA A POPULAÇÃO, BEM COMO IMPÕE POTENCIAL DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO ESTADO;
- 10.1.20** PRODUZA OS DADOS RELATIVOS À SAÚDE MUNICIPAL EM TEMPO REAL (DETENDO MEIOS DE GERENCIAR OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, AS EQUIPES DE SAÚDE E OS DISTRITOS DE SAÚDE, EM AÇÕES INDIVIDUAIS, FAMILIARES E COLETIVAS), DE FORMA A EVIDENCIAR ANUALMENTE AS AÇÕES IMPLEMENTAS E EM EXECUÇÃO, A FIM DE NÃO REINCIDIR EM FALHAS DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA;
- 10.1.21** DISPONIBILIZE REGULARMENTE INFORMAÇÕES SOBRE O AUMENTO DA OFERTA DE VAGAS EM CRECHES EM MANAUS.

## **10.2. RECOMENDAR À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - PMM:**

- 10.2.1** ATUE DE FORMA MAIS EFICIENTE NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA,





- DEVENDO ADOTAR MEDIDAS AMIGÁVEIS DE COBRANÇA, PROTESTOS CARTORÁRIOS, AJUIZAMENTO DE AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL, DENTRE OUTRAS MEDIDAS QUE DENOTAM EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA, ALÉM DE AMPLA ATUAÇÃO NO LANÇAMENTO E EXECUÇÃO DE TRIBUTOS;
- 10.2.2** ENVIDE ESFORÇOS NO SENTIDO DE SEMPRE MANTER DISPONIBILIDADE FINANCEIRA SUFICIENTE AO FIM DO EXERCÍCIO PARA ARCAR COM SEUS COMPROMISSOS ASSUMIDOS, CONTROLANDO A DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PARA NÃO COMPROMETER O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, BEM COMO BUSQUE DIMINUIR O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO, EM ESPECIAL COM DÍVIDAS ORIUNDAS DE PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS;
- 10.2.3** AMPLIE AS UNIDADES DE SAÚDE QUE OFERTAM EXAMES DE RAIOS-X, ULTRASSONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA, POR DISA, POIS, DE FORMA EMPÍRICA, PERCEBE-SE SER INSUFICIENTE PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO MANAUARA;
- 10.2.4** ATENTE AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 37, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RESERVANDO AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA EXCLUSIVA E OBRIGATORIAMENTE AOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO, E OS CARGOS EM COMISSÃO AOS SERVIDORES DE CARREIRA, E AMBOS DESTINADOS APENAS ÀS ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OBSERVANDO-SE AINDA AS PROIBIÇÕES NEPOTISTAS ELENCADAS NA SÚMULA VINCULANTE 13 DO STF;
- 10.2.5** PROMOVA A CRIAÇÃO DE UM CANAL NA INTERNET INTERLIGADO COM A CENTRAL DE SAÚDE, INFORMANDO AO CIDADÃO SOBRE MEDICAMENTOS, EXAMES, CONSULTAS, INSTRUMENTÁRIO, ENTRE OUTROS, COMO POR EXEMPLO, SOBRE A DISPONIBILIDADE E REGULAR FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS NAS UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE;
- 10.2.6** IMPLEMENTE UM SISTEMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA PARA MITIGAR OS RISCOS E EVITAR OS DESVIOS DE CONDUTA E, PARA ATINGIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS, DE FORMA A BUSCAR UMA CONCRETIZAÇÃO DE UMA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS COM RELATÓRIOS DIÁRIOS, SEMANAIS, MENSAIS, TRIMESTRAIS E ANUAIS, DEVENDO TODOS SEREM PUBLICADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ÓRGÃO;
- 10.2.7** PROMOVA A OFERTA DE VAGAS EM CRECHES EM TODAS AS REGIÕES DA CIDADE, CONSIDERANDO A DENSIDADE POPULACIONAL DE CADA UMA, PARA QUE HAJA PROPORCIONALIDADE EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE CRIANÇAS MANAUARAS E A QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS;
- 10.2.8** OBSERVE COM ATENÇÃO O DISPOSTO NA LEI Nº 2.817/2021 QUE PREVÊ AS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, DENTRE ELAS A ATRIBUIÇÃO DE REALIZAR ESTUDOS, AVALIAR E REDUZIR RISCOS DE DESASTRES (ART. 2º, XVI), ALÉM DE ESTABELECE O DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES PARA A GERÊNCIA DE







- ANÁLISE E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO;
- 10.2.9** ADOTE PROVIDÊNCIAS PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DOS RISCOS DE DESASTRES E A PUBLICAÇÃO DOS SEUS RESULTADOS, COM A DEFINIÇÃO DE METAS PARA ATUAR NAS ÁREAS DE RISCO DEMARCADAS, OBSERVANDO O DISPOSTO NO PLANO DIRETOR DE MANAUS, QUE PREVÊ O REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA SUJEITA A SITUAÇÕES DE RISCO (ART. 32, V, A);
- 10.2.10** AMPLIE OS PROGRAMAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO, COMO “MINHA CASA, MINHA VIDA”, FINANCIADO ATRAVÉS DO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (FAR) DO GOVERNO FEDERAL, “ENTRADA GARANTIDA” E “CASA MANAUARA” E CONTEMPLE UMA MAIOR QUANTIDADE DE FAMÍLIAS, SUJEITAS AOS DESLIZAMENTOS DE TERRA E OUTRAS CATÁSTROFES AMBIENTAIS;
- 10.2.11** OBSERVE EM SEUS PROJETOS A ATUAÇÃO QUANTO À VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE, DE FORMA A MINIMIZAR UMA CONTÍNUA EXPANSÃO DE SEUS HORIZONTES DE MANEIRA DESCONTROLADA;
- 10.2.12** PROMOVA O CONTROLE DE INVASÕES, PODENDO SER A GUARDA MUNICIPAL UTILIZADA PARA A FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SURGIMENTO DE ÁREAS HABITACIONAIS INFORMAIS E ILEGAIS;
- 10.2.13** ATENTE AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS QUE HÃO DE SER ASSOCIADOS A SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS ADEQUADOS, COM ESTRUTURAS DE SEGURANÇA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ENTRE OUTROS. TAIS PROJETOS, POIS, DEVEM REFLETIR MORADIAS DIGNAS E AMBIENTALMENTE CORRETAS, COM SANEAMENTO BÁSICO E ESTUDO DE IMPACTO DEVIDAMENTE REALIZADO;
- 10.2.14** ADOTE MEDIDAS IMEDIATAS PARA REVERSÃO DO PROCESSO ACELERADO DE FAVELIZAÇÃO INSTAURADO, BEM COMO DE COMBATE AOS LOTEAMENTOS IRREGULARES, EM LOCAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS, NAS ENCOSTAS E BEIRAS DE RIOS, SEM INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO;
- 10.2.15** ADOTE MEDIDAS PARA APERFEIÇOAR À MOBILIDADE URBANA, DANDO CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº 2075/2015;
- 10.2.16** IMPLEMENTE E DEMONSTRE, A PARTIR DE AÇÕES CONCRETAS, A VIABILIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO PREVISTOS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL 2075/2015, QUE INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA (“PLAN-MOB MANAUS”);
- 10.2.17** ADOTE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, VOLTADA À DESTINAÇÃO SOCIAL DE IMÓVEIS ABANDONADOS NA CIDADE DE MANAUS, SEJAM ELES PÚBLICOS OU PRIVADOS;
- 10.2.18** INTERVENHA PARA QUE AS PROPRIEDADES ABANDONADAS OU SUBUTILIZADAS SEJAM DESTINADAS A FINS DE INTERESSE PÚBLICO, COMO HABITAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS, E OUTROS BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE;





- 10.2.19 PROMOVA O TOMBAMENTO DOS BENS IMÓVEIS COM CARACTERÍSTICAS QUE REMONTEM AO PASSADO HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE MANAUS;
- 10.2.20 DISPONIBILIZE GUARDAS MUNICIPAIS, APROVADOS NO RECENTE CONCURSO PÚBLICO REALIZADO, PARA QUE PROMOVAM A SEGURANÇA DOS IMÓVEIS ABANDONADOS, COM VISTAS A COIBIR OS ATOS DE VANDALISMO E A PRÁTICA DE ATIVIDADES ILÍCITAS, QUE AFASTAM O TURISMO E DIMINUEM A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, DEVENDO-SE TAMBÉM PROMOVER PARCERIAS COM O GOVERNO ESTADUAL PARA FOMENTO À SEGURANÇA PÚBLICA DESSAS ÁREAS;
- 10.2.21 PROMOVA O MONITORAMENTO DOS LOCAIS QUE NECESSITAM DE PASSARELAS E ADAPTE AS PASSARELAS JÁ EXISTENTES QUE NÃO SÃO ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
- 10.2.22 AMPLIE A IMPLEMENTAÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO AOS PONTOS DE ÔNIBUS PARA ALÉM DOS EIXOS COMERCIAIS E AVENIDAS PRINCIPAIS DA CIDADE, VISANDO GARANTIR O DIREITO À ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DENTRO DOS SEUS BAIRROS E COMUNIDADES;
- 10.2.23 REALIZE A SUBSTITUIÇÃO DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE ÔNIBUS EM ESTADO PRECÁRIO;
- 10.2.24 REALIZE UM ESTUDO NA FROTA DE CADA UMA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ÔNIBUS DE QUANTOS E QUAIS VEÍCULOS (COM A RESPECTIVA PLACA) NÃO ESTÃO NA ALTURA ADEQUADA DAS ESTAÇÕES DE ÔNIBUS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS, DEVENDO TAMBÉM OBSERVAR A POSSIBILIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE MAIOR USO E/OU MAIS ANTIGOS;
- 10.2.25 EXECUTE OS PROGRAMAS QUE ESTRUTURAM O PLANO DE MOBILIDADE DE MANAUS (ART. 15, XVI), BEM COMO AS DIRETRIZES ESPECÍFICAS VOLTADAS À REQUALIFICAÇÃO DE CALÇADAS, DIVIDIDA ENTRE AÇÕES PRIORITÁRIA E EM LONGO PRAZO;
- 10.2.26 PROMOVA A PADRONIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS CALÇADAS PARA IMPEDIR QUE CADA UM FAÇA DO SEU JEITO, SEM RESPEITAR NORMAS TÉCNICAS, CAUSANDO, ASSIM, IRREGULARIDADE QUE TORNA PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL A MOBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
- 10.2.27 ADOTE POLÍTICA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, E USE CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ADEQUAÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS SEGUINTE ELEMENTOS: A) INCLINAÇÃO TRANSVERSAL DA CALÇADA; B) LARGURA TOTAL E LARGURA DE FAIXA LIVRE; C) BARREIRAS E OBSTÁCULOS; D) POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA; E) RUÍDO URBANO; F) SEGURANÇA; G) REGULARIDADE DO PISO; H) FAIXA DE PEDESTRES; I) ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO; J) RAMPAS DE ACESSIBILIDADE; K) EXISTÊNCIA DE MOBILIÁRIO URBANO E





PRAÇAS; L) SEMÁFOROS DE PEDESTRES; E M) MAPAS E PLACAS DE ORIENTAÇÃO;

- 10.2.28** INVISTA EM INICIATIVAS QUE VISEM AMPLIAR A QUANTIDADE DE CALÇADAS NA CIDADE, BEM COMO REFORMAR AS EXISTENTES;
- 10.2.29** PROMOVA A TRANSPARÊNCIA ATIVA NO SITE DA SEMASC, A FIM DE ELENCAR AS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CONSELHO, EM PROL DO CUMPRIMENTO DO ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.170/2007, QUE DISPÕE SOBRE AS ENTIDADES QUE DEVEM COMPOR O ÓRGÃO DELIBERATIVO. TAMBÉM INFORME O CALENDÁRIO DE REUNIÕES, DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DEMAIS AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO;
- 10.2.30** FOMENTE E MANTENHA ATUANTE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE MANAUS, ENQUANTO ÓRGÃO COLEGIADO, PERMANENTE, CONSULTIVO OU DELIBERATIVO, INCUMBIDO, DE MODO GERAL, DA FORMULAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS;
- 10.2.31** ADOTE MEDIDAS PARA GARANTIR A REDUÇÃO DE GASTOS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA, VISANDO EVITAR QUE OS INVESTIMENTOS ULTRAPASSEM O PREVISTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, DEVENDO, PORTANTO, SER EFETIVADO UM BOM PLANEJAMENTO NAS AÇÕES DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA;
- 10.2.32** DÊ PUBLICIDADE NO PORTAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DOS DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES RELATIVOS A TODAS AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS QUE CONTRATAR;
- 10.2.33** ADOTE PROVIDÊNCIAS PARA QUE AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PASSEM OBRIGATORIAMENTE A: INCLUIR, NO BRIEFING DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA O VALOR ESTIMADO DO CUSTO INICIAL DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA, BEM COMO INDICADORES E METAS PARA MENSURAÇÃO DA CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS COM AS DEMANDAS DE CAMPANHAS; INCLUIR, NOS RELATÓRIOS DE RESULTADOS DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MÉTRICAS MÍNIMAS E PADRONIZADAS E QUADRO SINTÉTICO QUE RESUMA OS PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS PELA CAMPANHA E QUE OS COMPARE COM AS METAS DEFINIDAS PREVIAMENTE;
- 10.2.34** OBSERVE COM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 37, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE IMPÕE QUE “A PUBLICIDADE DOS ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DEVERÁ TER CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, DELA NÃO PODENDO CONSTAR NOMES, SÍMBOLOS OU IMAGENS QUE CARACTERIZEM PROMOÇÃO PESSOAL DE AUTORIDADES OU SERVIDORES PÚBLICOS”;
- 10.2.35** AVALIE O DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO, EM TERMOS DE







- QUANTITATIVO E DE TREINAMENTO, A FIM DE APERFEIÇOAR O PLANEJAMENTO DE MÍDIA DAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS;
- 10.2.36** ADOTE NO PROGRAMA MANAUS VERDE E OUTROS ASSOCIADOS A ELE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, OU AINDA ALGUM QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO, UMA POLÍTICA URBANÍSTICA MAIS AMPLA, QUE CONSIDERE O CRESCIMENTO POPULACIONAL E O PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL;
- 10.2.37** TRATE A ARBORIZAÇÃO COMO UM COMPONENTE ESSENCIAL DE UM PROJETO DE CIDADE MAIS SUSTENTÁVEL, QUE ENVOLVA A CONSTRUÇÃO DE CORREDORES VERDES; O AUMENTO DA PERMEABILIDADE DO SOLO; A CRIAÇÃO DE PARQUES URBANOS; E O INCENTIVO À ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS;
- 10.2.38** IDENTIFIQUE AS ÁREAS CRÍTICAS QUE MAIS NECESSITAM DE ARBORIZAÇÃO, COMO AS REGIÕES DE MAIOR DENSIDADE POPULACIONAL, PERIFERIAS, ÁREAS COM GRANDES CONCENTRAÇÕES DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E ZONAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL;
- 10.2.39** APRIMORE A POLÍTICA DE DOAÇÃO ITINERANTE DE MUDAS, COM ATUAÇÃO PLANEJADA E ADEQUADA PARA PROMOÇÃO EFETIVA E INTEGRAÇÃO AO AMBIENTE URBANO;
- 10.2.40** APENAS AUTORIZE CONSTRUÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES APÓS ANÁLISE MAIS APROFUNDADA À LUZ DO PRINCÍPIO DE PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A GARANTIR QUE AS INTERVENÇÕES URBANAS EFETIVAMENTE CONTRIBUAM PARA O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO E A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO COM A DEVIDA ARBORIZAÇÃO;
- 10.2.41** ADOTE UMA POLÍTICA VERDE DE ARTICULAÇÃO COM OS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE PARA FOMENTAR A PRÁTICA DE ARBORIZAÇÃO;
- 10.2.42** PROMOVA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EM ESPECIAL NAS ESCOLAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS) VISANDO À CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA (INTERVENÇÃO QUALIFICADA NA GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS), ADOTANDO MEDIDAS COMO, POR EXEMPLO: A) OPTAR POR PRODUTOS QUE UTILIZAM MATERIAIS RECICLÁVEIS OU QUE GERAM MENOS RESÍDUOS; B) REDUZIR O CONSUMO E DAR PRIORIDADE ÀQUELES PRODUTOS QUE TÊM MENOR GERAÇÃO DE RESÍDUO E MAIOR DURABILIDADE; C) REUTILIZAR O QUE É POSSÍVEL; D) RECICLAR;
- 10.2.43** PROMOVA A ELEVAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA CIDADE COM A AMPLIAÇÃO DA CONECTIVIDADE AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL;
- 10.2.44** PROMOVA A REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE MANAUS PARA QUE PASSE A CONTEMPLAR O REORDENAMENTO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E TURÍSTICAS QUE MOVIMENTAM A ÁREA DIARIAMENTE, ALÉM DE MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO, NA LIMPEZA, NA SEGURANÇA E NA REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS, A FIM DE SEJA DADO NOVO USO A ESTES EDIFÍCIOS E IMÓVEIS ANTES FECHADOS E ABANDONADOS,





EM UMA ÁREA DEGRADADA E QUE, ASSIM, PASSE A TER ATIVIDADES E OCUPAÇÃO PERMANENTES;

- 10.2.45** CONSTRUA, NO CENTRO DE MANAUS, ALBERGUES QUE POSSAM ABRIGAR, DURANTE A NOITE, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, QUE DORMEM NAS CALÇADAS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, BEM COMO O DESENVOLVIMENTO DE UMA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS CAMELÔS AUTORIZADOS E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PADRONIZADOS PARA DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO POR ELES;
- 10.2.46** CRIE UM PLANO DE REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS (ESPECIALMENTE DA PRAÇA DOS REMÉDIOS), CALÇADAS E PONTOS TURÍSTICOS, COM SINALIZAÇÃO ESPECIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS;
- 10.2.47** CONTEMPLE A CRIAÇÃO, EFETIVAÇÃO E EXECUÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL DE TURISMO, COM O FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DO TURISMO SUSTENTÁVEL E DE BASE COMUNITÁRIA, ATRAINDO OS SEGMENTOS ENVOLVIDOS NESSE SETOR, BEM COMO REALIZANDO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS;
- 10.2.48** OFERTE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA TRABALHADORES DO SETOR DO TURISMO COMO MEDIDA NECESSÁRIA DE EMPREENDEDORISMO;
- 10.2.49** DÊ CONTINUIDADE AOS PROJETOS INICIADOS, COMO O DIVULGADO MEMORIAL ENCONTRO DAS ÁGUAS, ÚLTIMA OBRA DE OSCAR NIEMEYER, QUE PODERÁ VIR A PERMITIR AOS MORADORES DE MANAUS E AOS TURISTAS CONTEMPLAREM O FENÔMENO ÚNICO DO ENCONTRO DAS ÁGUAS, COM UM OLHAR PANORÂMICO E EM UM AMBIENTE COM TODA INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS;
- 10.2.50** BUSQUE EXECUTAR UM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO REALISTA E MONITORADO, COM BASE NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRÉVIOS ANTES DE INCLUIR AÇÕES NO ORÇAMENTO, DE FORMA A GARANTIR QUE HAJA ESTRUTURA (EQUIPE, LOGÍSTICA, PARCERIAS) PARA EXECUTÁ-LAS E PRIORIZE ÁREAS CRÍTICAS (EDUCAÇÃO INFANTIL, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ACESSIBILIDADE) COM METAS CLARAS E INDICADORES DE DESEMPENHO;
- 10.2.51** CRIE PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA EVITAR FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E ATRASOS EM OBRAS;
- 10.2.52** DESENVOLVA ESTRATÉGIAS PARA SUPRIR A FALTA DE EQUIPE TÉCNICA E DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL, EXPLORANDO PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES FORMADORAS;
- 10.2.53** CRIE MECANISMOS PARA GARANTIR A CORRETA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS, MINIMIZANDO O RISCO DE SUBUTILIZAÇÃO, INSTALANDO, POR EXEMPLO, COMITÊS DE MONITORAMENTO;
- 10.2.54** IMPLEMENTE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DOS PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL







- PARA IDENTIFICAR GARGALOS E PERMITIR AJUSTES TEMPESTIVOS;
- 10.2.55** PUBLIQUE RELATÓRIOS PERIÓDICOS COM INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS E OS RESPECTIVOS IMPACTOS SOCIAIS (EX.: CRIANÇAS ATENDIDAS, MULHERES ACOLHIDAS), CUMPRINDO, ASSIM, EM PARALELO O DEVER DE PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA;
- 10.2.56** BUSQUE FONTES ADICIONAIS DE FINANCIAMENTO PARA OS PROGRAMAS VOLTADOS À ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DE CONVÊNIOS, FUNDOS FEDERAIS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;
- 10.2.57** GARANTA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS PREVISTAS PARA OS PROGRAMAS, APRESENTANDO DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE SERVIÇOS REALIZADOS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS VINDOURAS;
- 10.2.58** ESTABELEÇA ARTICULAÇÃO MAIS EFETIVA ENTRE SECRETARIAS E ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PARA OTIMIZAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS;
- 10.2.59** ENCAMINHE PERIODICAMENTE AO TRIBUNAL DE CONTAS RELATÓRIOS DETALHADOS SOBRE A EXECUÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS ALCANÇADOS NO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL;
- 10.2.60** ELABORE ESTUDOS DE IMPACTO PARA FUTURAS RENÚNCIAS, EM CONFORMIDADE COM A LRF, AJUSTANDO SEUS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA EVITAR SUBESTIMATIVAS E POTENCIAIS INSTABILIDADES FISCAIS;
- 10.2.61** AJUSTE AS PROJEÇÕES DE ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS VINCULADAS AO PROGRAMA BOLSA UNIVERSIDADE (PBU), BEM COMO QUE APRIMORE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS, COM ENVIO DE RELATÓRIOS DETALHADOS AO TCE/AM, DEVENDO, EM ATO SIMULTÂNEO PUBLICAR A LISTA DE BOLSISTAS E AS ATIVIDADES REALIZADAS, GARANTINDO O CONTROLE SOCIAL;
- 10.2.62** REALIZE AUDITORIA ESPECÍFICA (POR MEIO DA CGM) PARA VERIFICAR SE AS ISENÇÕES ESTÃO SENDO CONCEDIDAS APENAS A IES QUE EFETIVAMENTE ADERIRAM AO PBU;
- 10.2.63** ELABORE PROJEÇÕES ORÇAMENTÁRIAS MAIS CONSERVADORAS, COM ANÁLISE DE VIABILIDADE PRÉVIA, DEVENDO DOCUMENTAR E JUSTIFICAR EVENTUAIS COMPENSAÇÕES DE RECEITAS, ALÉM DE APRESENTAR SEMPRE PREVIAMENTE UM CRONOGRAMA REALISTA PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO FUTURAS, TOMANDO MEDIDAS PARA AFASTAR AS DESVANTAGENS DE ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO, RESTRIÇÕES DA LRF E RISCOS POLÍTICOS POR FALTA DE TRANSPARÊNCIA E DE AVALIAÇÕES ALTERNATIVAS;
- 10.2.64** ELABORE PLANO DE REDUÇÃO DE RP, COM METAS ANUAIS E MEDIDAS CONCRETAS, DE FORMA A EVITAR FALHAS NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, COM RISCOS À SUSTENTABILIDADE FISCAL;





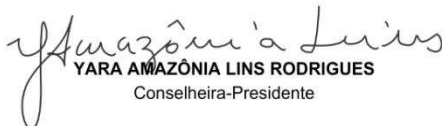
- 10.2.65 REVISE AS PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS, ALINHANDO-AS ÀS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL);
- 10.2.66 APRESENTE, NOS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS, RELATÓRIOS DETALHADOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DO BOLSA UNIVERSIDADE E SUA EFICÁCIA;
- 10.2.67 REGULARIZE A DOCUMENTAÇÃO DAS DEAS E REDUZA REGISTROS DESSA NATUREZA, ATUANDO POR MEIO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA MITIGAR ESSAS DESPESAS;
- 10.2.68 EVITE REALIZAR PAGAMENTOS SEM DESPESA CONTRATUAL ("PAGAMENTOS INDENIZATÓRIOS").

10.3. **DAR CIÊNCIA À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - PMM**, SOB A RESPONSABILIDADE DO EXCELENTÍSSIMO SR. DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA;

10.4. **ARQUIVAR** O PRESENTE PROCESSO, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, NOS TERMOS REGIMENTAIS.

11- **ATA:** 1ª SESSÃO ESPECIAL – TRIBUNAL PLENO.

12- **DATA DA SESSÃO:** 1 DE SETEMBRO DE 2025

  
YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES  
Conselheira-Presidente

  
JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO  
Conselheiro-Relator

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
Conselheiro

